

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>1 – A NOVA DOGMÁTICA E A ANÁLISE DE INSTITUTOS JURÍDICOS</b> .....	15
<b>2 – ASPECTOS RELEVANTES DA PRESCRIÇÃO CIVIL</b> .....	19
2.1 Compreensão da prescrição civil e de institutos que a disciplinam .....	20
2.1.1 A pretensão, sua resistência e o percurso da lide extraprocessual à lide intra-autos .....	20
2.1.2 Estudos sobre a pretensão e a prescrição .....	28
2.2 A prescrição e a obrigação natural no Código Civil de 2002 .....	33
<b>3 – A INOVAÇÃO LEGISLATIVA: COGNOSCIBILIDADE DA PRESCRIÇÃO CIVIL, DE OFÍCIO, PELO MAGISTRADO</b> .....	39
3.1 A prescrição cognoscível <i>ex officio</i> : exceção ou objeção? .....	41
3.2 Compreensões necessárias sobre a cognoscibilidade de ofício da prescrição em aproximação à respectiva exceção substancial .....	46
<b>4 – A COGNOSCIBILIDADE DA PRESCRIÇÃO CIVIL PELO MAGISTRADO NO DIREITO PROCESSUAL CIVIL COMPARADO</b> .....	55
4.1 Reflexões sobre o método comparativo e o processo civil .....	56
4.2 Considerações conclusivas sobre o método comparativo .....	60
4.3 A cognoscibilidade da prescrição em ordenamentos romano-germânicos .....	61
<b>5 – PROBLEMAS ASSOCIADOS À NOVA SISTEMÁTICA DO CONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO CIVIL PELO MAGISTRADO</b> .....	67
5.1 A configuração científica da prescrição civil no plano processual .....	68
5.1.1 Pretensão e processo jurisdicional .....	73



5.2	A manutenção da possibilidade de renúncia à prescrição civil no ordenamento jurídico brasileiro .....	76
5.3	A manutenção da possibilidade de que o lapso prescricional seja interrompido, suspenso ou impedido .....	79
5.4	Insuficiências da tese de intimação das partes .....	82
5.5	O retorno a uma velha discussão: a ocorrência da prescrição civil <i>ope exceptionis</i> ou <i>ipso iure</i> .....	92
5.6	Conteúdo da decisão jurisdicional de prescrição.....	96
<b>6</b>	<b>A PRONÚNCIA DA PRESCRIÇÃO CIVIL PELO MAGISTRADO, DE OFÍCIO, NA SISTEMÁTICA PROCESSUAL CIVIL BRASILEIRA .....</b>	<b>99</b>
6.1	O direito de defesa como antecedente lógico-jurídico da exceção de prescrição civil .....	101
6.2	Análise dogmático-jurídica a partir da disciplina do processo constitucional .....	110
6.3	Análise dogmático-jurídica a partir da principiologia da função jurisdicional do Estado Democrático de Direito .....	115
6.4	A exegese da regra do § 5º do art. 219 do Código de Processo Civil brasileiro em conformidade com a disciplina do processo constitucional.....	123
	<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>131</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>137</b>
	<b>ÍNDICE ALFABÉTICO .....</b>	<b>145</b>

